SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **13**

1 – OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL **17**

1.1 Processo e Constituição 17

1.2 Os Princípios Constitucionais do Processo 19

1.3 Direito Processual Constitucional e Direito Constitucional Processual 20

1.4 Garantias Constitucionais e Processo Penal 21

1.5 A Travessia do Direito Processual Penal para a Principiologia Axiológica Constitucional 24

2 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS PROVAS **29**

2.1 Período que antecede o Cristianismo 29

2.2 Direito Romano 30

2.3 Direito Germânico 32

2.4 Direito Romano-Canônico 32

2.5 Direito Humanístico 33

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.6 Escola Clássica do Direito 35

2.7 Escola do Direito Positivo 36

3 – DAS PROVAS 41

3.1 A Prova: Considerações Gerais 41

3.2 Conceitos e Finalidades 43

3.3 Objeto da Prova 44

3.4 Meio de Prova 46

3.5 Finalidade da Prova 47

3.6 Sociabilidade da Convicção 48

3.7 Graus da Probabilidade 49

3.8 Ônus da Prova 50

3.9 Presunções e Indícios 55

4 – ASPECTOS SUBJETIVOS E FORMAIS DAS PROVAS 57

4.1 Prova Real e Pessoal 57

4.2 Prova Testemunhal 58

4.3 Prova Pericial 61

4.4 Prova Documental 62

4.5 Valor da Prova Emprestada 63

5 – ESTADO DE DIREITO COMO SUPEDÂNEO LIMITATIVO CONTRA O ARBÍTRIO NA PRODUÇÃO DE PROVAS ILÍCITAS 65

5.1 A Dignidade da Pessoa Humana e o Estado de Direito 65

5.2 O Princípio da Legalidade e a Proibição de Ilicitude das Provas Criminais 69

5.3 Tripartição dos Poderes e a Prova Ilícita 71

5.4 Embasamento concernente à Prova Ilícita 75

5.5 O devido Processo Legal e a Prova Ilícita 76

5.6 Liberdades Públicas 78

5.7 O Direito à Intimidade e à Vida Privada 80

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6 – DAS PROVAS ILÍCITAS 85

6.1 Considerações Gerais 85

6.2 Distinções entre Provas: Ilícita, Ilegítima e Imoral 89

6.3 As Correntes Doutrinárias sobre a Admissibilidade/ Inadmissibilidade das Provas Ilícitas 94

6.4 A Inadmissibilidade da Prova Ilícita no Direito Comparado 98

6.4.1 Alemanha 100
6.4.2 Itália 101
6.4.3 Espanha 103
6.4.4 Argentina 105
6.4.5 Países da *common law* 105
6.4.6 Estados Unidos da América 106
6.4.7 Portugal 111

7 – O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE COMO MEDIDA NA INTERMEDIAÇÃO DE INTERESSES E AS PROVAS ILÍCITAS 113

7.1 O Princípio da Proporcionalidade: Evolução 113

7.2 Conceitos sobre o Princípio da Proporcionalidade 115

7.3 Diferenças entre os Princípios: da Proporcionalidade e Razoabilidade 117

7.4 O Princípio da Proporcionalidade Implícito na Constituição Federal de 1988 119

7.5 O Princípio da Proporcionalidade e o Posicionamento do Supremo Tribunal Federal 122

8 – O SIGILO DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS COMO PROTEÇÃO À INTIMIDADE E AS PROVAS ILÍCITAS 127

8.1 A Relatividade dos Direitos Fundamentais como base para a Admissibilidade da Prova Ilícita 127

8.2 O Sigilo das Comunicações Telefônicas e a Constituição Federal 132

8.3 As Escutas e Interceptações Telefônicas 136

8.4 As Interceptações e as Excludentes de Ilicitude: Provas Ilícitas *Pro Reo* 140

8.5 A prova ilícita derivada e a Teoria Frutos da Árvore Venenosa 143

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

8.6 O Posicionamento Doutrinário e Jurisprudencial sobre as interceptações, predominantes no Supremo Tribunal Federal..... 146

9 – ASPECTOS PROCESSUAIS DA LEI 9.296/96..... 149

9.1 Considerações Sobre a Lei 9.296/96: Finalidades, Art. 1º e Telemática..... 149

9.2 Prova em Investigação Criminal e Instrução Processual: a Questão da Prova Emprestada..... 150

9.3 Pressupostos de Admissibilidade: Natureza da interceptação e o art. 2º da Lei 9.296/96..... 152

9.4 Procedimento da Lei 9.296/96: Requerimento, Interceptação *ex officio*, exigência de fundamentação do Pedido, Utilização da Gravação e o art. 3º e ss. 154

9.5 Prova ilícita obtida no Procedimento Administrativo (Inquérito Policial)..... 155

9.6 Valoração da prova ilícita no processo pelo juiz: polêmica sobre a interceptação *ex officio*..... 155

9.7 Os efeitos da admissibilidade da prova ilícita: sua ineficácia..... 158

9.8 Relevância das interceptações telefônicas no combate ao crime organizado..... 159

CONCLUSÕES..... 167

REFERÊNCIAS..... 171

ÍNDICE ALFABÉTICO 177

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br